

A temática identidade de gênero na prática pedagógica de uma escola na cidade do Recife.

Jessica Manabe Rufino¹

Suzana Ferreira de Lima²

Maria da Conceição dos Reis³

Resumo

Esta pesquisa teve como propósito analisar como a prática pedagógica com a temática gênero desenvolvida no âmbito escolar poderá vir interferir na identidade de gênero dos estudantes do ensino fundamental de uma escola municipal da cidade do Recife. A pesquisa foi um estudo de caso de cunho qualitativo com o uso de instrumentos metodológicos como a observação em campo, entrevista semiestruturada, e uma análise documental. A pesquisa tem um alicerce teórico de gênero e prática pedagógica, se baseando principalmente nas ideias de Guacira Louro (2011) e Polyanna Oliveira (2011). Diante dos dados da pesquisa coletados se tornou perceptível entender que o trabalho pedagógico em sala de aula não propicia mudanças sociais nos alunos, e existem várias dificuldades em abordar o tema, pois não existem políticas educacionais direcionadas para a temática gênero, o que acarreta uma série de defasagens e um conhecimento sucinto para uma vivência em sociedade.

Palavras-chave: Gênero, Prática pedagógica, Identidade de gênero.

1. INTRODUÇÃO

As questões de gênero durante a maior parte do contexto histórico social posicionou-se como fator determinante para o estabelecimento das relações sociais, e que de certa forma impactaram diretamente em acontecimentos históricos, os quais contribuíram para o modo em que essas relações são vivenciadas atualmente. A temática gênero quando relacionada ao âmbito escolar desenvolve um papel de extrema importância no que diz respeito ao trabalho com as diferenças promovendo assim, uma conscientização da diversidade social existente e contribuindo para formação da cidadania ainda mais conscienciosa.

Oliveira (2011) conceitua as questões do preconceito com a diversidade das relações sociais existentes por meio de comportamentos e escolhas por opção sexual, trazendo também a reflexão sobre gênero inter-relacionando com o papel da educação já que a sua função

¹ Concluinte do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: jessicamanabe@gmail.com

² Concluinte do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da UFPE. E-mail: suzannaf.lima@gmail.com

³ Professora do Departamento de Administração Escolar e Planejamento Educacional do Centro de Educação da UFPE. E-mail: cecareis@hotmail.com

não é apenas transmitir conteúdos programáticos e sim propiciar a formação da cidadania e a responsabilidade social para todo corpo docente, alunos e familiares.

O tempo todo estamos lidando com pessoas que por uma opção sexual sofrem ou não preconceitos. Sofrem ao mostrar sua opção sexual por estarem fora dos padrões estabelecidos [...] e ensinar sobre formas de relacionar-se de modo diferente do que é estabelecido, e contribuir para uma maior compreensão da diferença, prevenindo assim “pré-conceitos” muitas vezes tão arraigados ao senso comum. E esse é o papel da educação. Com um viés científico e laico disseminar a importância de compreender as diferentes formas de relação (OLIVEIRA, 2011, p. 03).

Levando as questões de preconceito para a sala de aula pensando na atuação da prática pedagógica do educador, se faz necessária a reflexão sobre o mesmo enquanto formador de opiniões e mediador na construção social dos estudantes, pois assim como ele, toda a comunidade escolar são veículos de normas e valores que preparam o indivíduo para viver em sociedade, portanto é imprescindível que as questões de respeito ao outro e compreensão das diferenças faça parte do âmbito escolar e da didática estabelecida em sala de aula, promovendo assim o exercício da cidadania e do pensamento crítico sobre a temática.

Desse modo, o presente trabalho tem como ponto inicial verificar como é trabalhada a temática identidade de gênero e como é a utilização do material didático e conteúdo a ser discutido em sala de aula. Logo, reforça-se a preocupação da presença de discussões e do trabalho sobre gênero no âmbito escolar como forma de alavancar os diálogos sobre temática no cotidiano do processo de ensino e aprendizagem.

O tema da pesquisa foi escolhido devido o interesse que adquirimos quando estávamos à procura de uma instituição que trabalhasse com a diversidade para observar como é desenvolvida nas escolas, pois sempre tivemos interesse pela temática pela relevância social que possui e assim, encontramos uma reportagem¹ em que a gestora se posicionava contra ameaça da bancada cristã da Câmara dos Vereadores do Recife em proibir o uso de materiais que citassem a questão de gênero e sexualidade. Os parlamentares pediram para a prefeitura inicialmente por meio do requerimento 248/2016 publicado no Diário Oficial do Recife no ano de 2016 a retirada dos livros didáticos distribuídos pelo o Ministério da Educação (MEC) que abordavam a diversidade sexual. O requerimento resultou no projeto de lei 709/2016 que tinha como proposta a proibição de qualquer trabalho pedagógico que abordasse a temática gênero.

O livro de ciências *Juntos Nessas Ciências 5º ano*, da editora Leya foi o centro do “problema”, pois no capítulo 05 nomeado de “Sexualidade do ser humano”, contém explicações sobre identidade sexual e a relação homoafetiva. A partir desses dois pontos, houve dois

¹(<http://agenciabrasil.etc.com.br/educacao/noticia/2016-03/polemica-sobre-questoes-de-genero-pode-deixar-alunos-do-recife-sem-livros>)

requerimentos endereçados a prefeitura, o primeiro solicitava informações sobre todos os livros entregues a rede municipal, quantidade e obras. A intenção era criar uma frente parlamentar para analisar e indicar quais obras poderiam ser usadas nas escolas, e o segundo requerimento solicitava a retirada de qualquer material didático que mencionasse a temática gênero. Os parlamentares obtiveram um posicionamento contrário ao que se aponta sobre gênero na Política de Ensino da Rede Municipal do Recife, no eixo Relações/Justiça de Gênero como Direitos de Aprendizagem:

- a) Ter o direito de se apropriar dos conceitos de sexo, sexualidade e relações de gênero em seus contextos culturais, psicossociais e históricos; b) ter o direito de reconhecer, desmistificar, defender-se, e denunciar atos e preconceitos, relacionados à identidade de gênero e sexual.

Por conseguinte, essa preocupação externa do âmbito educacional sobre uma possível interferência no comportamento dos estudantes diante do trabalho com o tema, faz com que o trabalho pedagógico com a temática se torne mais escasso nas salas de aulas, pois se torna um impasse no cotidiano de muitas escolas públicas, uma vez que elas precisam obedecer a regulamentação do que se pode ser trabalhado em sala de aula. Visto como essa preocupação externa é de que com a abordagem do tema nas aulas, os alunos se sintam “induzidos” a se identificar como masculino ou feminino, visto que só cabe aos pais o papel de conversar com as crianças sobre qualquer assunto de teor sexual.

A partir de toda essa polêmica, a gestora e a professora da turma do 5º ano dentre das dez escolas que selecionaram o material em questão, se posicionaram contra essa decisão, pois acreditam que o livro não insinua nem incita a estimulação da homossexualidade e ambas acreditam que o papel da escola é de propagar o respeito às diferenças.

Com base dessa situação, decidimos desenvolver um estudo de caso restringindo o tema de diversidade para gênero, e a partir da coleta de dados e da observação percebemos a presença constante da temática identidade de gênero especificamente, e sendo assim a mesma se tornou a questão central da pesquisa.

Através desse estudo queremos destacar o quanto o tema é primordial para o desenvolvimento da criança, e a escola como uma instituição, se torna espaço de construção social e cultural, e por isso a temática identidade gênero é um tema que precisa ser discutido já que o docente tanto na sua formação e no seu fazer pedagógico é quem discute essas questões, possuindo assim o compromisso com a educação cidadã.

Algo muito comum que acontece é a equivocação dos significados do que é sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual, pois geralmente são utilizados como

sinônimos. O sexo biológico é denominado através do órgão sexual de nascimento, diferentemente da identidade de gênero que é a maneira que você se identifica com determinado gênero, seja masculino ou feminino. Já a orientação sexual é sobre atração afetiva e sexual por determinada pessoa podendo ser homossexual, bissexual, heterossexual ou assexual. (FLORENCE, 2015)

Essas definições devem ser compreendidas independentes das suas dificuldades e singularidades na formação do ser humano. Portanto, é necessário que se construa no cotidiano escolar as relações de identidade de gênero, integrando a possibilidade de que há formas de ser mulher, de ser homem, ou pessoas que se identificam com mais de um gênero, vivam sem hierarquia e sem “pré-conceitos”.

O presente trabalho tem como questão central: Como a prática pedagógica com a temática gênero poderá vir interferir na identidade de gênero dos estudantes de uma escola pública da cidade do Recife? Para isso, buscaremos responder também: Como essa prática pedagógica é desenvolvida? Que materiais são utilizados? Quais as interferências/abordagens sobre o tema?

Os objetivos desse trabalho são de forma geral: Analisar como a prática pedagógica com a temática gênero exposta no âmbito escolar poderá vir interferir na identidade de gênero dos estudantes. E de forma específica: Descrever como a prática pedagógica é desenvolvida no cotidiano escolar; Identificar que materiais pedagógicos são utilizados em sala de aula para a discussão da temática identidade de gênero; Verificar a inferências e abordagem desenvolvidas durante a apresentação do tema e uso desses materiais.

Por fim, queremos explanar o quão é importante levantar as questões de identidade de gênero no âmbito escolar, dado que é a temática contribui para a formação de identidade social, a identificação do indivíduo e o conhecimento da pluralidade que possui contribuindo para uma melhor vivência em sociedade, e isto pode propiciar estudos posteriores que reforcem a relevância dessa temática na esfera educacional, bem como nos trouxe um delineamento sobre a essencialidade das discussões de tal tema enquanto futuras docentes.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Mediante as revisões de literaturas realizadas com o foco na temática gênero, apresentaremos o referencial que deu base ao nosso trabalho assim como nos temas de

identidade de gênero e prática pedagógica. O presente estudo vem ressaltar a relevância dos trabalhos sobre identidade de gênero no cotidiano escolar e na formação dos indivíduos.

OLIVEIRA (2011) traz uma significativa definição de gênero que assinala a distinção do que seria biológico e das idealizações sociais a respeito do tema:

Por gênero pode-se entender as “determinações” que cada cultura faz às atribuições de papéis sociais pelo sexo da pessoa, ou quando pensamos em identidade de gênero compreender que as relações se constroem de forma relacional. Ou seja, agimos a partir do outro, como uma resposta ou uma complementaridade. Mas sabemos que essas características não precisam ser aceitas, e por isso pensamos em gênero numa outra dimensão: a de mudança e de ressignificação da atribuição dos papéis ou da relação entre a diferença entre os sexos. (OLIVEIRA, 2011. p. 02)

A necessidade de destacar as diferenças entre os sexos referentes aos órgãos sexuais fez surgir o conceito de gênero. Em determinado momento ficou inaceitável se basear apenas em características físicas e biológicas para usar como parâmetros para a desigualdade e diferenças que as mulheres sofriam em relação aos homens.

De acordo com LOURO (2011), através do surgimento desse conceito levou a crer que o se tornar feminino existe mediante a uma construção envolta do âmbito cultural, com particularidades de cada cultura. A mesma coisa para o caso da construção “ser masculino”. Sendo assim, acredita-se que a feminilidade e a masculinidade variam de cultura para cultura, se tornando então uma construção inconclusiva.

Épocas e sociedades distintas deram diferentes significados para às posições de gênero, masculinidade e feminilidade, de tal modo que esses significados são considerados por meio das relações de poder, acarretando então as influências sobre as hierarquias, subordinações, distinções e etc. Essas classificações implicaram a “noção de diferença”.

Seguindo o pensamento de LOURO (2011) no convívio social foi impregnada a imagem do ser “ideal” em que o sujeito “precisa” corresponder a determinadas escolhas para ser aceito perante a sociedade, e justamente aqueles que não se encaixam nessa perspectiva se tornam “diferentes” o que acarreta várias complicações, já que começa a existir uma espécie de comparação entre os sujeitos. Em algumas situações talvez até de maneira implícita isso aconteça, e assim acaba promovendo uma referência de que algo ou alguém é considerado “normal”.

Existem diversos exemplos como falas, gestos, profissões, atividades, que são pré-determinadas de acordo com gênero e opção sexual. Esse processo de diferenciação também chega ao contexto em que direitos e políticas podem ser restritos a alguns, negando o acesso às necessidades primordiais para a sobrevivência na sociedade. Tudo isso se torna marcadores, e

esses marcadores acabam nos levando ao processo de diferenciação. A partir disto surge a ideia da diferença como algo natural e mediante essa ideia de diferença LOURO (2011) afirma:

[...] A diferença nos aparece, então, como natural, como dada. Ela fica, por assim dizer, grudada aos corpos. E aparentemente não há o que ser feito senão reconhecê-la. Muitas vezes não chegamos a nos ver implicados com ela; acreditamos que não temos nada a ver com isso, que nada fizemos ou nada fazemos para que ela exista. E, inconsequentemente, repetimos ou ecoamos as marcações. Assumimos, irrefletidamente, a naturalização das diferenças. E esse é um modo eficiente de ocultar ou de silenciar as relações de poder que as constituem.

Outra vertente da temática gênero que por sua vez traz uma definição mais aguçada no sentido de acarretar explicações voltadas para o campo da psicologia, pois apresenta-se de maneira singular em cada indivíduo, é a abordagem de identidade de gênero, e talvez por isso seja confundida com orientação sexual que é ligado ao sentimento, a atração afetiva por alguém de algum determinado sexo podendo ser do mesmo sexo, do oposto ou com nenhum, os chamados assexuados e assim, pouco compreendida pela particularidade que se exerce em cada pessoa em relação aos padrões de gênero constituídos socialmente. STOLLER, (1978 apud GROSSI, M.P, 1998. p. 08) apresenta uma conceituação sobre identidade de gênero afirmando que:

[...] Todo indivíduo tem um núcleo de identidade de gênero, que é um conjunto de convicções pelas quais se considera socialmente o que é masculino ou feminino. Este núcleo não se modifica ao longo da vida psíquica de cada sujeito, mas podemos associar novos papéis a esta "massa de convicções". Este núcleo de nossa identidade de gênero se constrói em nossa socialização a partir do momento da rotulação do bebê como menina ou menino.

Tais “rotulações” se tornam em maior parte efetiva nos indivíduos, devido à socialização, todavia, a “massa de convicções” pode abranger outras ressignificações sobre o reconhecimento e o sentimento sobre o gênero que determinada pessoa possa ter ou identificar-se, como por exemplo, nascer biologicamente com o órgão genital de um ser humano fêmea, mas identificar-se com o gênero masculino e é isso que compõe o indivíduo pertencente ao gênero que realmente é, a auto identidade.

Portanto, a escola entra como uma ferramenta de construção social, onde se possa debater e buscar uma maior igualdade entre os sujeitos. Onde nesse espaço, os educadores possam promover diálogos em que os alunos e as alunas consigam refletir sobre esses padrões que a sociedade impõe, em que normas são construídas e desfeitas, num jogo que envolve desigualdade, opressões, contradições e enfrentamentos. Para Louro (2004, p. 124), considerar as relações de gênero nas práticas pedagógicas significa:

[...] subverter os arranjos tradicionais de gênero na sala de aula: inventando formas novas de dividir os grupos para os jogos ou para os trabalhos; promovendo discussões sobre as representações encontradas nos livros didáticos ou nos jornais, revistas e filmes consumidos pelas/os estudantes; produzindo novos textos, não-sexistas e não-racistas; investigando os grupos e os sujeitos ausentes nos relatos da história oficial, nos textos literários, nos “modelos” familiares; acolhendo no interior da sala de aula as culturas juvenis, especialmente em suas construções sobre gênero, sexualidade, etnia, etc.

As discussões sobre gênero faz parte do procedimento educativo e é um dos espaços para a propagação do tema, e por isto que se reconhece a importância dos sistemas educacionais, onde os mesmos desenvolvem processos de socialização nos períodos da infância e adolescência primordialmente, como forma de fundamentar a construção dos atores sociais na perspectiva de uma convivência em que se desenvolva o respeito e cidadania, portanto a escola tem grande responsabilidade no processo de formação de futuros cidadãos e cidadãs, discutindo as desigualdades decorrentes no cotidiano. FELIPE (2007) discorre sobre essa relevância afirmando que:

As instituições escolares podem ser consideradas um dos mais importantes espaços de convivência social, desempenhando assim um papel de destaque no que tange à produção e reprodução das expectativas em torno dos gêneros e das identidades sexuais. As relações de poder entre homens e mulheres, meninos e meninas, nas suas múltiplas possibilidades, atravessam a escola dos mais diferentes modos. (FELIPE, 2007. p. 79)

Por meio desta conjectura as discussões sobre gênero no âmbito escolar tornam-se indispensáveis, porque contribuem para uma formação seja de identidade ou de conhecimento sobre a pluralidade que a temática gênero possui. Atentar-se para isto, reafirmando sempre que preciso, será uma maneira de auxiliar os jovens a construir as relações de gênero que contemple as diferenças entre homens e mulheres verificando a importância de cada um na sociedade, para promover a compreensão sobre o outro objetivando desenvolver cidadãos mais equilibrados e respeitadores das diferenças. (PCN 1998 p. 323)

Sendo assim, necessitam serem habituadas práticas pedagógicas de maneira efetiva e que de fato contribuam numa formação de identidade ou em um auxílio na compreensão sobre gênero uma vez que, o entrave que ainda se tem sobre a temática sobrevém em muitas ocasiões da deturpação da mesma através de pensamentos conservadores que impõe uma “normalidade” comportamental assim como acabam por propagar como uma superficialidade de como ela é proposta como, por exemplo, nas construções dos PPPs – Projetos Políticos Pedagógicos – formulados pelas escolas e presentes nas mesmas.

Ainda enfatizando a relevância que as práticas pedagógicas possuem no desenvolvimento do conteúdo em questão e que tais práticas se constroem de maneira mútua onde professor e aluno mediados a estabelecerem uma relação dialética constituem aprendizados que irão aprimorar no desenvolvimento das práticas de ensino e aprendizagem, se faz preciso uma junção das teorias com as práticas com o objetivo de influenciar nas relações sociais. FERNANDES (1999) enfatiza essa contextualização de práticas pedagógicas ressaltando que:

(...) prática intencional de ensino e aprendizagem não reduzida à questão didática ou às metodologias de estudar e de aprender, mas articulada à educação como prática social e ao conhecimento como produção histórica e social, datada e situada, numa relação dialética entre prática-teoria, conteúdo-forma e perspectivas interdisciplinares.

As questões de gênero no campo educacional destacam-se pela importância da identificação da pluralidade de posturas existentes sobre comportamentos que muitas vezes se distinguem dos que são socialmente construídos e socialmente mais “aceitáveis”. As práticas pedagógicas relacionadas com a temática precisam desenvolver um papel conscientizador que transcorra o entendimento sobre gênero, para que assim se possa alcançar os objetivos de mediar uma educação para uma criticidade e a conscientização da existência de um multiculturalismo das quais as questões de gênero fazem parte. FREIRE (1980) expõe que:

A conscientização é isto: tomar posse da realidade; por esta razão, e por causa da radicação utópica que a informa, é um afastamento da realidade. A conscientização produz a desmitologização. É evidente e impressionante, mas os opressores jamais poderão provocar a conscientização para a libertação: como desmitologizar, se eu oprimo? Ao contrário, porque sou opressor, tenho a tendência de mistificar a realidade que se dá à captação dos oprimidos, para os quais a captação é feita de maneira mística e não crítica. O trabalho humanizante não poderá ser outro senão o trabalho da desmistificação. Por isso mesmo a conscientização é o olhar mais crítico possível da realidade, que a “des-vela” para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante.

Contudo, as discussões sobre a temática ainda se encontram de maneira deficiente em espaços escolares, visto como existe a convicção que se debater o tema em sala de aula ocasionará alguma influência na construção da identidade de gênero dos estudantes, não pensando que o tema facilitará a compreensão das complexas diferenciações, das dimensões do ser humano em torno da sociedade e dos saberes produzidos sobre a sexualidade. A consequência das reflexões traz consigo o entendimento sobre as relações sociais dos alunos e a interpretação dos padrões estabelecidos pela a sociedade sobre as masculinidades, as feminilidades e as distintas manifestações das sexualidades e das relações de gênero. Por fim,

a exclusão da temática identidade de gênero na sala de aula pode dificultar a qualquer proposta de qualidade de ensino.

Diante disso, há um embate sobre como abordar a temática em sala de aula já que sempre em âmbito nacional surge algum impasse para a proibição da discussão no cotidiano escolar, mesmo o tema sendo trazido na esfera curricular o que acaba influenciando na prática pedagógica das escolas.

O ideal seria que a escola obtivesse uma prática pedagógica com o objetivo de inter-relacionar os diversos grupos, cujas identidades estão em reconstrução de tal forma que a escola se torne um espaço que integre em seu currículo e no seu dia a dia as diferenças e a construção da igualdade, uma vez que o ensinar e o aprender não está mais atrelado às práticas tradicionais, ou seja, não cabe mais pensar nos alunos de forma padronizada uma vez que existe uma cultura escolar que está carregada de uma expectativa sobre a existência do que é comum, de alunos padronizados, de que “aqui todos são iguais”.

Por isso as escolas estão cada vez mais propícias a lidar com situações problemáticas advindas das constantes diferenças sociais dentre elas: a pluralidade cultural, étnica, social, religiosa dentre outras, refletindo assim em um despreparo por parte das instituições em seus currículos práticas pedagógicas, que por fim interferirá na formação humana de seus alunos. (CANDAUI, 2000).

Neste sentido, é chegada a hora de reinventar a escola, através de novas práticas e atitudes, uma vez que é essencial a reflexão do papel da escola no processo de formação humana, é preciso reconhecer que há mudanças significativas de valores e isso deve ser levado para o contexto educacional, desmistificando que a escola é destinada a transmissão de conhecimentos, mas também como um espaço que trocas de vivência e experiências de toda uma comunidade escolar que estará ainda mais apta a oferecer uma formação cidadã íntegra.

[...] na reinvenção da escola, a questão da cidadania é fundamental. Não de uma perspectiva puramente formal do tema, mas a partir de uma abordagem que concebe a cidadania como uma prática social cotidiana, que perpassa os diferentes âmbitos da vida, articula o cotidiano, o conjuntural e o estrutural, assim como o local e o global, numa progressiva ampliação do seu horizonte, sempre na perspectiva de um projeto diferente de sociedade e humanidade (CANDAUI, 2000).

Não obstante, as questões de gênero tornam-se necessárias no quesito formação da cidadania através das mudanças de mentalidade, nas construções das relações porque está articulada com os ideais de respeito, direitos e deveres que são indispensáveis para uma convivência harmônica em sociedade; desta forma, a escola se destaca como um espaço onde

se é preciso propagar tais ideais como também a convivência com as diferenças em suas pluralidades, entendendo que na concepção de cidadão, o ser humano possui uma série de direitos que colocam todos independentemente de classe social, gênero, identidade sexual, cor e etc, na mesma dimensão de igualdade.

Essa é a função da educação, e com o quê as ciências sociais procuram enfatizar: a desnaturalização das relações em sociedade tidas como natural construindo assim maneiras e ideais diferentes de pensamento, e para que isso aconteça é importante compreender como se dão as relações no campo escolar no momento, e estas observações como, por exemplo, quais as formas dos alunos se relacionarem com o corpo pedagógico e suas reações a determinadas comportamentos, são pontos cruciais que podem ser trabalhados e discutidos como forma inicial de fazer esta desnaturalização de relações no agora e para gerações futuras (OLIVEIRA, 2011. p. 02).

3. A ABORDAGEM QUALITATIVA COMO TRAJETÓRIA DA PESQUISA

A presente pesquisa apresenta um estudo de caso que é definido como "uma categoria de pesquisa cujo objetivo é uma unidade que se analisa profundamente" TRIVIÑOS, (1987 apud REIS, Maria da Conceição, 2004. p. 79) cuja a investigação é de abordagem qualitativa, que busca se preocupar com as consequências que a realidade pode trazer, e não por ser comprovada com quantidades de uma determinada situação. Sendo assim ela foca na compreensão e a explicação das relações sociais. Segundo Cassab (2007), a pesquisa faz com que:

O pesquisador, através da abordagem qualitativa, investiga sequências importantes de eventos como testemunha-chave e, particularmente, observa como esses eventos são determinados no contexto em que ocorrem, com predomínio da história e da cultura. (CASSAB, 2007. p. 58).

A pesquisa baseia-se no caráter bibliográfico e empírico, reunindo assim duas fases: A primeira assinalada como fase bibliográfica com o enfoque nos estudos de textos (livros, artigos, teses, revistas científicas e etc.) para que assim fosse realizado um aprofundamento e embasamento sobre a temática gênero.

A segunda fase se caracteriza como uma pesquisa empírica e documental onde se determinou que o campo de pesquisa fosse em uma escola da Rede Municipal de Ensino localizada na zona sul do Recife no bairro de Boa Viagem. A identificação dessa escola foi

através de uma pesquisa feita pela internet, no qual descobrimos uma série de entrevistas que a gestora e a docente concederam a vários veículos de comunicação contra o movimento da câmara dos vereadores do Recife que queriam proibir o livro didático que a escola tinha adotado que abordavam a temática gênero.

O foco da pesquisa foi em uma turma do Ensino Fundamental I, tendo em vista os sujeitos: os estudantes que utilizam o livro em questão para assim fosse possível verificar se o conteúdo apresentado no livro justifica toda essa problematização que os legisladores ocasionaram.

Optamos na utilização para a coleta de dados os instrumentos: observação, entrevista semiestruturada e análise documental.

Foi feita a observação das práticas pedagógicas em sala de aula, em uma das aulas de ciências com o conteúdo programático em “Reprodução Humana”, que ocorreu seguindo o calendário escolar já delineado, como também averiguando as atividades propostas para incremento da temática. Marconi e Lakatos (2003) definem observação como:

uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar. (MARCONI e LAKATOS 2003, p. 190)

Posto isso, a observação é algo indispensável na pesquisa já que será através dela que se notará o cotidiano da sala de aula, a prática pedagógica como também as reações do aluno perante a temática.

A entrevista foi realizada com a professora responsável pelo o 5º ano do Ensino Fundamental da escola alvo e aconteceu na Secretária de Educação do Cabo de Santo Agostinho, uma vez que, a professora trabalha pelo o turno da manhã no local e só pôde disponibilizar esse horário para as pesquisadoras.

A entrevista semiestruturada foi constituída por questionamentos sobre a importância do trabalho da temática identidade de gênero na escola, as dificuldades enfrentadas para poder abordar o tema em sala de aula, assim como objetivando evidenciar as significâncias obtidas mediante a abordagem do tema nas práticas pedagógicas através do desenvolvimento deste trabalho no âmbito da escola alvo. Após a realização da entrevista transcrevemos todas as respostas e analisamos o que foi dito, observando os pontos mais emblemáticos que tinham sido mencionados sobre identidade de gênero e dificuldades, os transformando em categorias.

Foi realizada uma análise documental do plano de aula, o livro didático e o projeto político pedagógico da escola alvo, baseada em roteiros já preparados pelas as pesquisadoras,

com tópicos que estimulava a busca por dados que remetesse ao exercício do conteúdo de identidade de gênero e examinando o reflexo na prática. Inicialmente também seria analisado os livros paradidáticos, porém a Prefeitura do Recife ainda não tinha encaminhado até o mês de abril, quando a análise foi realizada, os exemplares dos livros.

A técnica para análise escolhida foi a análise de conteúdo temática – Bardin, pois na proposta da autora, análise de conteúdo significa:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2011, p. 47).

Nessa técnica se torna primordial o olhar atento do pesquisador, pois além de buscar compreender as características, estruturas ou modelos que estão por trás dos conteúdos adquiridos que foram levados em consideração, o pesquisador precisa entender o sentido que quis ser passado ou outra significação.

A partir dessa técnica as etapas são organizadas em três fases: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A pré-análise da nossa pesquisa foi a formulação das hipóteses e objetivos, a elaboração dos indicadores que foram gênero e prática pedagógica forneceu a orientação para montarmos em quadro os subsídios para o que buscar.

Na segunda fase que é a exploração do material, codificamos a entrevista, colocamos em categorias as palavras que se tornaram primordial para o nosso trabalho, as palavras foram gênero, prática pedagógica e identidade de gênero.

Na terceira fase se equivaliu ao tratamento das interpretações e dos resultados dos dados que foram coletados. Nessa fase aconteceu a sintetização e os destaques das informações obtidas, interpretando os encadeamentos, oportunizando a utilização da intuição, a análise crítica e reflexiva.

4. TRABALHO PEDAGÓGICO E A TEMÁTICA GÊNERO.

Por meio da leitura e compreensão dos dados documentais obtidos para esta análise, observação em sala de aula e da entrevista com a docente, foi possível verificar como a prática pedagógica envolvendo a temática gênero poderia interferir na identidade de gênero dos estudantes de uma escola da rede pública municipal da cidade do Recife. Portanto, se buscou

aliar os dados alcançados com os referenciais estudados como forma de conciliar a teoria e a realidade pedagógica vivenciada como também reforçar a importância do trabalho com a temática para ampliação e alcance da mesma nas séries iniciais do ensino fundamental, focalizando a inclusão do gênero e da diversidade como estratégia para se combater preconceitos e desenvolver o respeito das diferenças existentes nesse âmbito.

Partindo da análise, categorizamos os resultados obtidos em três núcleos: 1) As interferências e as abordagens da temática identidade de gênero em sala de aula; 2) O Desenvolvimento da prática pedagógica sobre gênero e 3) O cumprimento do material didático em sala de aula.

4.1 As interferências e as abordagens da temática identidade de gênero em sala de aula

Em março de 2016 surgiu na Câmara dos vereadores da cidade do Recife um requerimento que resultou em um projeto de lei publicado no Diário Oficial da cidade, em relação ao posicionamento sobre a desnecessidade de ser trabalhado o tema gênero nas escolas. A discussão que originou o projeto iniciou-se por conta que a temática se apresenta como uma deturpação da existência de homem e mulher, na qual se verifica que tais preocupações surgem porque o desenvolvimento da temática poderia vir a influenciar em identificações com o gênero oposto e até mesmo desencadear a opção sexual fora da heterossexualidade que para conservadores representa a “normatividade”.

À vista disto, solicitou-se a retirada dos livros nas escolas da rede municipal de ensino, referindo-se a temática como “ideologia de gênero” como também o ensino de qualquer tema que tragam abordagens semelhantes. O projeto de lei nº 709/2016 possui uma ementa em que explicita a proibição do lecionamento de qualquer tema que possa abordar a “ideologia de gênero” bem como a coibição da utilização de qualquer artifício pedagógico incluindo materiais que possam acarretar a construção da concepção de gênero e orientação sexual.

Por conseguinte, o posicionamento dos vereadores tornou-se um dos problemas que refletiu no desenvolvimento da prática pedagógica em relação à abordagem do tema em sala de aula, e nada se trouxe pelos mesmos de cunho teórico-científico que comprove a existência alguma influência na identidade de gênero, na construção das relações sociais das crianças no sentido de instigar a negação das existências dos gêneros, ou um futuro reconhecimento com o gênero oposto.

Desta maneira após reunir os dados adquiridos na coleta, bem como as anotações realizadas no diário de campo em relação à observação da aula de ciências da turma do quinto

ano, procurou-se analisar como a abordagem com a temática gênero poderia refletir na identificação de gênero dos estudantes.

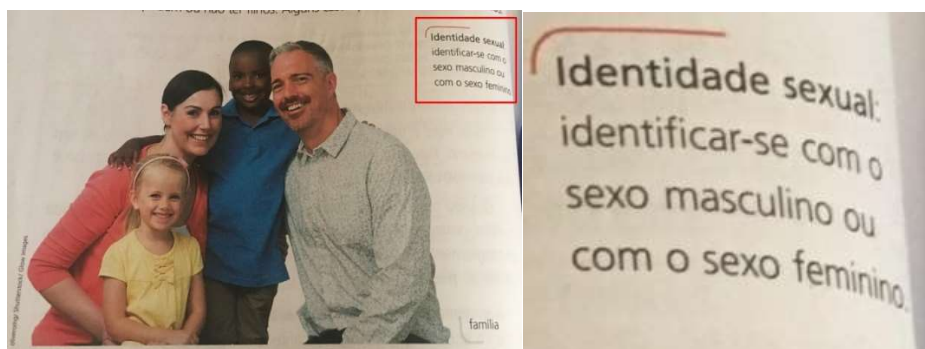
Diante disto, foi analisado o livro didático – *Juntos Nessas Ciências 5º ano* – escolhido usufruindo da autonomia que as escolas municipais possuem para eleger os títulos que usam em sala de aula a partir de uma pré-seleção feita pelo o Ministério da Educação (MEC) através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), no qual o MEC publica o Guia de Livros Didáticos com resenhas das coleções consideradas aprovadas e assim, os livros aprovados são distribuídos pelo o MEC que envia os mesmos diretamente para as unidades de ensino, sem passar pela Secretaria de Educação do Recife e são repassados para os estudantes e devolvidos a escola para que sejam reutilizados nos anos seguintes.

A escolha da escola para a realização da pesquisa se deu porque a mesma se identificou com o que o livro contemplava, pois segundo uma conversa informal com a gestora foi relatado que o mesmo abrangia a realidade da comunidade assistida e coincidia com o projeto político pedagógico que foca na resolução da adversidade das desigualdades sociais.

Na análise documental procurou-se constatar se no livro didático – *Juntos Nessas Ciências 5º ano* – há insinuações que incentivariam o não reconhecimento dos gêneros masculino e feminino, ou o reconhecimento com o sexo oposto a qual um determinado aluno pertence, o que encontramos foi em um capítulo e apenas em uma página e de forma descritiva e não com o termo de gênero, mas sim de identidade sexual e que a mesma é trazida em antemão como a necessidade de se autoconhecer, o gostar de si mesmo, bem como os cuidados com o próprio corpo.

Entretanto sem aprofundamento a respeito, e sendo descrita ao lado de uma imagem composta por uma família diversificada no sentido mostrar uma pluralidade, pois a proposta do livro é demonstrar que elas pertencem a etnias diferentes, uma vez que o livro expõe que casais optam por terem ou não filhos, mostrando a possibilidade de também poder realizar adoções visto que, contém pessoas com tons de cor de pele diferentes na fotografia. Existe uma nota descrevendo a identidade sexual, dizendo que o termo refere-se a identificação com sexo feminino ou com sexo masculino que alguém pode ter, porém sem mais comentários a respeito, provando que o livro não se aprofunda sobre a temática, nem tampouco incentiva determinados comportamentos o que não condiz com os posicionamentos do vereadores que solicitaram a retirada dos livros alegando essa condução como mostra a figura 1:

Figura 1



Fonte: Livro didático Juntos Nessa Ciências – 5º ano p.50 editora Leya (2014)

Além do material didático, foi utilizado os dados observados durante a aula de ciências assistida na escola alvo da pesquisa, que não foi pautada na temática identidade de gênero e sim em reprodução humana, porém a professora acentuou alguns direcionamentos de forma sucinta sobre a temática e o que se viu foi um grande desconhecimento sobre gênero tanto por parte da professora como dos alunos, mesmo com a participação contínua dos mesmos.

Quando se tratou sobre a existência de famílias compostas por casais do mesmo sexo, como também a identificação com o gênero oposto, assim como o não reconhecer-se no gênero em que lhe foi instituído e que isto é um das características das relações sociais vivenciadas e essas diferenças necessitam ser respeitadas, não houve reações dos estudantes, apenas continuaram reforçando atitudes preconceituosas embasadas na religiosidade quando aconteceram indagações por parte da docente em relação se há algo certo ou errado em determinados comportamentos, logo um aluno posicionou-se contradizendo as afirmações da professora dizendo que tais atitudes eram erradas porque: “A bíblia diz que o homem foi feito para a mulher e mulher para o homem.”

Mesmo com a participação e muitos dos estudantes trazendo exemplos de vivências com conhecidos ou familiares de segundo grau sobre pessoas que se identificam com outras pessoas do mesmo sexo afetivamente e que de fato possuem relacionamentos, nenhum deles se posicionou a respeito do entendimento sobre as reafirmações da professora apenas ficaram calados quando a mesma se opusera há um pensamento preconceituoso.

O que verificamos é que não existem interferências comportamentais que influencia na identidade de gênero dos alunos, pois esse foi o argumento de alguns legisladores a respeito da temática, entretanto há uma necessidade de um trabalho mais intenso com o tema uma vez que, observamos que falar de gênero e sexualidade ainda é um grande tabu, e tal incômodo deve existir porque o conceito de gênero traz uma perspectiva de pensamento sobre as relações entre

feminino e masculino, mulher e homem que sai do âmbito ideológico-religioso, fora do que se é considerado “habitual” por grande parte da sociedade acostumada e vivenciada que o “natural” são alguns tipos de comportamentos, outros não são e isso necessita ser desagregado dos discursos da sociedade.

O que apuramos foi que o trabalho escasso e quase inexistente com o tema na escola que foi campo de pesquisa, reflete na falta de entendimento sobre o mesmo desencadeando comportamentos preconceituosos bem como a inibição do reconhecimento da diversidade comportamental de gênero e sexual, e de vivências por parte dos alunos que estão sendo privados de uma formação que promova de fato a cidadania e o respeito às diferenças.

Falar sobre a temática na escola não vai estimular a mudança sobre sua orientação sexual ou impulsionar o início da vida sexual, muito pelo contrário, discutir sobre o tema em sala de aula apenas possibilitará uma educação de fato democrática, sem discriminações, igualitária e inclusiva que proporcionará uma formação de novas gerações que respeitam uns aos outros, independente do gênero, da sexualidade, da religião, crença etnia ou cor, criando assim um ambiente escolar mais acolhedor para jovens e adolescentes que não se identificam com os padrões estabelecidos socialmente de identidade de gênero ou de sexualidade.

A escola não é o único lugar em que jovens e adolescentes têm acesso a vivências sobre tais comportamentos e que muitas vezes são vivenciados de forma inadequada como conferimos na observação realizada, e o foco é de uma educação que promova a igualdade; reafirmando assim que as escolas podem ser consideradas um dos lugares mais importantes para a convivência social, exercendo assim uma função de realce no que tange a reprodução das esperanças em torno dos trabalhos com gêneros e das identidades sexuais FELIPE, (2007).

Mediante a isso, toda tentativa de limitar o debate em sala de aula é inconstitucional porque viola os princípios da igualdade de condições de acesso e permanência na escola, da não discriminação, da qualidade do ensino e da liberdade de aprender e ensinar com respeito à diversidade cultural, étnico-racial, sexual e de gênero da população brasileira.

4.2 O Desenvolvimento da prática pedagógica sobre gênero

Nos encontros iniciais no campo de pesquisa tornou-se perceptível a defasagem da importância em debater a temática identidade de gênero em sala de aula, como também a falta uma prática pedagógica que contemplasse o desenvolvimento do tema, pois a partir da polêmica advinda da bancada cristã de legisladores do estado de Pernambuco, a gestora explanou que a preocupação seria o fato que as crianças ficariam sem o material didático, deixando claro que a

grande preocupação era a remoção do material nem o desfalque do único assunto que poderia trazer a discussão da temática identidade de gênero, nem mesmo incrementar práticas pedagógicas voltadas para a discussão do conteúdo; na entrevista com a docente responsável pela turma do quinto ano, igualmente foi enfatizada essa questão onde:

A gestora em uma conversa informal comentou que se fosse confirmada a retirada do material didático, ela rasgaria a folha de cada livro que se tornou o assunto em questão, sendo assim resolveria a situação dos alunos em não ficar sem os livros. (Relato da observação)

Pronto, vai recolher os livros e vai trazer o que para o aluno trabalhar? O que vai se destituir, vai dar que material? Se muitas vezes não temos o hábito de tirar xerox da tarefa porque não temos condições por falta de recursos. (Professora)

Perante o exposto na observação em sala de aula, a prática pedagógica da docente em referência a temática foi bastante singela e limitada. Ao organizar a sala em um círculo, a docente escreveu no para que os alunos se situem sobre os temas que serão abordados, a mesma remeteu ao livro de ciências no capítulo de reprodução humana, dividindo-o em três tópicos: família, puberdade e mudanças do corpo e a sexualidade do ser humano sendo assim, ela utilizou o livro para a extração do tema não o utilizando para desenvolver alguma atividade com ou do mesmo, mas para explanar a aula optou de entregar aos alunos fotocópias demonstrada na figura 2 seguinte, que abordavam os diferentes tipos de constituição familiar e as composições de seus membros para mostrar a diversidade existente.

Figura 2



Fonte: dados da pesquisa

Mesmo trazendo um material que seria um recurso extra no sentido de aprofundar ainda mais as discussões na aula, o mesmo só teve serventia para expor os diferentes tipos de famílias existentes, e a inserção das discussões sobre a temática gênero e identidade de gênero,

a aula foi à custa dos poucos questionamentos que foram produzidos pelos os alunos por meio das indagações que a professora produz no decorrer do tema da aula que foi voltada a reprodução humana, posto que a docente pauta a aula no conteúdo debatido pelo o livro didático, frisando mais uma vez a ausência de uma didática mais acentuada por parte da professora. Porém, apesar do tema da aula não ter sido direcionado a temática identidade de gênero, a professora a insere de forma sucinta no conjugado de temas trabalhados exemplificando que a existência de famílias compostas por pais e mães do mesmo sexo, que o identificar-se com o gênero oposto “acontece e faz parte da sociedade” e que essas diferenças necessitam ser respeitadas, pois em todo seu discurso para os alunos fica claro que o objetivo do mesmo é a tentativa de promover o respeito à diversidade.

E dessa forma, qualquer colocação em que a professora avaliava como errônea que ocorria por parte de algum aluno, a docente tratava de retificar imediatamente tal colocação; durante cada afirmação tentava exemplificar de modo comparativo com a realidade social numa tentativa de aprimorar a construção do conhecimento dos alunos sempre voltados à necessidade do respeito. Na finalização da aula a professora expôs um vídeo em forma de animação sobre a reprodução humana, como ela acontece e os estágios decorridos até de fato o nascimento de um novo ser humano. Mas, foram centrados para tratar de reprodução humana, e constituição familiar, tudo o que foi falado sobre gênero identidade de gênero foi tirado de um gancho sobre tais temas.

O desfecho da observação deixou exposto que por um conjunto de fatores que vai desde a gestão da escola como também do sistema educacional de ensino do município em que a escola alvo de pesquisa se encontra, não se tem por parte da docente uma prática pedagógica que exerça métodos e didáticas que se externe do conservadorismo e estejam embasadas teoricamente bem como, se tenha pressupostos fundamentados naquilo em que se pretende construir juntamente com o alunado pois, “o docente necessita ser o sujeito de seu próprio trabalho, consciente de suas ações no contexto, alguém que pensa sobre seu trabalho e no trabalho desenvolvido.” (TOZETTO & GOMES, 2009)

Sendo assim, como a temática é abordada de forma sumária, quase não se é debatida em sala de em sala de aula. Por não existir uma flexionabilidade em relação ao livro didático, a docente se mantém aprisionada ao material mesmo quando esse só é utilizado como diretriz para os assuntos que seriam levantados no decorrer da aula. Os questionamentos que foram apresentados pelos alunos demonstraram a reprodução de preconceitos enraizados na sociedade, pois em dado momento um aluno cantarolou versos preconceituosos que expressam

de maneira errônea que relações homossexuais são erradas, sendo interrompido logo em seguida pela a professora.

Homem com homem, lobisomem. Mulher com mulher, jacaré. Bicha com bicha, lagartixa. (Aluno)

A docente entrevistada da melhor forma que conseguia, porém era nítida a ausência de um entendimento a respeito para conceituar a temática identidade de gênero por falta de uma prática pedagógica efetiva para explicar tais questões, porém reconhecemos que a intencionalidade em suas posições é de demonstrar a diversidade comportamental e sexual existente como forma de desenvolver a igualdade entre os sujeitos como apresenta este trecho da entrevista realizada:

A condição que for, não vai interferir no seu bem estar. E você não vai mudar sua...eu friso muito isso com os pais, seus filhos não vai ter uma tendência a ser homossexual, a ser heterossexual, o que for, independente dentro da questão da influência dos colegas porque a gente só que frisar o trabalho, o trabalho do respeito as diferenças. [...] ser diferente, do que é diferente do convencional vai lhe trazer prejuízo ou uma coisa maléfica. Respeite o outro, respeite a posição do outro e isso não vai interferir na minha vida. O fato da pessoa que ter uma família formada de forma diferente de um comportamento diferente do que da sociedade, não define caráter. (Professora)

Essa ausência de uma prática pedagógica que atue de forma alicerçada e fundada para discutir sobre temáticas importantes como gênero exige tanto um esforço investigativo por parte do docente para aprimorar-se, mas também o acesso há uma formação voltada para a essencialidade da educação, como Freire (1996, p.45) discorre que em uma formação docente o que importa não é a repetição do gesto, porém a compreensão dos sentimentos e emoções e da insegurança que são superados pela coragem que está sendo gerado através da educação.

E essa coragem pode acarretar uma reestruturação dos pensamentos que por consequência pode reerguer uma sociedade diferente, livre desses pré-conceitos existentes. Bem como também Fernandes (1999) afirma que a prática propositada de ensino e aprendizagem que não se restringe à questão da didática ou aos artifícios de estudar e de aprender, mas estar sempre interligada à educação como prática social e a construção do conhecimento como ferramenta histórica e social, estabelecida numa relação dialética entre prática e teoria, focando em perspectivas inter-relacionais.

A lacuna que fica na prática pedagógica da docente pela falta de embasamento em relação à identidade de gênero, deixa claro também a carência de preparação e investimentos em especializações para os professores para que tragam esse assunto em suas aulas. Pois compreendemos que só poderá acontecer uma troca de saberes de educadores e educandos se

existir um conhecimento aprofundado do assunto para que assim o repasse seja de forma límpida e livre de qualquer argumento negativo que possa ser reproduzido, visto como é de responsabilidade das instituições governamentais investir em políticas públicas para o setor educacional proporcionando, por exemplo, cursos de extensões como aprimoramento para os professores voltados a essas discussões sobre gênero que possuem uma amplitude bastante extensa.

A efetivação de tais políticas públicas muitas delas estabelecidas por instituições que trabalham diretamente para a educação, que aspiram a edificação de um país menos evidenciado em relação às distinções de gênero, ideais, sexo, etnia, classe, crença dentro outros, deve construir esses posicionamentos focalizando nesses princípios em que se almeja solidificar a sociedade, sendo os sujeitos que fazem parte do âmbito escolar produtores de diretrizes que possibilitam uma expansão de seus discursos e posturas como forma de promoção dos direitos, amparo e divulgação da diversidade e para isto, é necessário dar voz e validade aos discursos de professoras e professores na construção local e coletiva das formas de “educar para o mundo” que disponibilizarão a seus alunos. (AVILA, TONELI & ANDALÓ, 2011).

No entanto, a interferência de pessoas externadas do ciclo educativo torna que esse investimento se torne algo impossível, como visto o posicionamento de alguns vereadores da cidade do Recife, é também um dos fatores que situa os impasses com o trabalho com o tema e que isto reflita nas futuras práticas pedagógicas por parte desses docentes.

4.3 O cumprimento do material didático em sala de aula

O material pedagógico utilizado pela a escola é o livro confeccionado pela editora Leya produzido na cidade de São Paulo em 2014 e tem como título original “*Juntos Nessas Ciências 5º ano*”, o mesmo contém 08 (oito) capítulos sendo cada um deles destinados a um conteúdo da disciplina. O capítulo terceiro intitulado de “Reprodução Humana” é constituído por 05 (cinco) tópicos, cada tópico condiz a um conteúdo relacionado a reprodução humana, no qual um deles é designado de “ a sexualidade do ser humano” exibido pela a Figura 3, onde a temática gênero aparece de maneira subentendida e então se restringe.

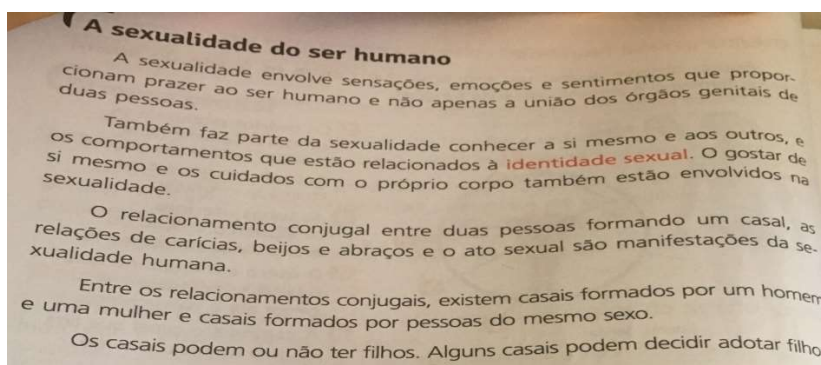
Figura 3

3 Reprodução humana	45
A reprodução humana	46
Sistema genital	48
A sexualidade do ser humano	50
Fecundação	53
Gestação do ser humano	55

Fonte: Livro didático Juntos Nessa Ciências – 5º ano, Editora Leya (2014)

O capítulo explica os conjuntos de fatores que levam a uma prática sexual discursando que vai além “da união de órgãos genitais” e que a prática necessita de emoções, sensações e sentimentos que por sua vez proporcionam prazer ao ser humano. Prontamente a identidade sexual é abordada como a necessidade de se autoconhecer, falar sobre relacionamentos conjugais, descrevendo que os tais podem ser constituídos por pessoas de sexos distintos e de pessoas com o mesmo sexo como mostra a figura 4.

Figura 4



Fonte: Livro didático Juntos Nessa Ciências – 5º ano p.50 editora Leya (2014)

Mediante isso, verifica-se que não há indícios de abordagem voltada a temática gênero, através das citações a posicionamentos que refletem a mesma superficialmente e/ou de forma biológica e que só podem ser debatidas e trabalhadas pela a inferência do docente a partir dos conteúdos que serão expostos, porém, não existe nada enfatizado direcionado a gênero propriamente dito, nem como ideação histórica e uma construção social de gênero, mas apenas identidade sexual como uma definição de identificação com o sexo masculino ou feminino que é encontrada em uma única página no sentido afetivo e de relação conjugal.

No decorrer do capítulo são encontrados gêneros textuais diferentes que problematizam o tema da reprodução humana preeminente do teor biológico, como também atividades e exercícios voltados ao mesmo, porém não existem atividades, imagens, esquemas, grifos, caixa

de textos, exercícios apontados a temática gênero, uma vez que não é propriamente dita de fato, nem tratada no livro, e sim questões que pertencem ao conjugado de temas sobre a sexualidade humana e apenas uma definição sobre identidade de gênero que não se tem uma relação com os demais conteúdos inseridos no livro.

Por isso, a docente durante a entrevista que foi realizada, revelou que trabalha com a temática gênero através de vídeos da internet e que desconhece qualquer material na escola que visa essa temática explicitamente, pois acredita que devido aos empecilhos que houveram em relação aos livros, não haverá a autorização de material com essa abordagem como explicita o seguinte trecho da entrevista realizada com a docente:

Tem... na temática a gente trabalha com vídeos, né? Lá não tem esse material para trabalhar essa questão de gênero, desconheço. Eu estou há 12 anos lá e desconheço, mas a gente tem o trabalho de pegar o material na internet [...] A escola não tem esse material direcionado, até mesmo por conta desses problemas existente que não vai se autorizar material desse para a escola até resolver esse problema [...] então não chega material porque tem esse impasse da banca que acha que por querer, por fazer parte de um grupo religioso, eu tenho que também interferir na visão dos outros também.
(Professora)

Durante a análise documental do Projeto Político Pedagógico da escola não foi identificado nenhum conteúdo explícito direcionado a temática gênero, apenas temas que são harmonizados a temática como diversidade em ressalva ao multiculturalismo, respeito as diferenças e educação humanística foram assimiladas como possíveis temas na qual a temática pode ser desenvolvida e trabalhada. E de uma forma bem sistemática propõe como meta de trabalho extraclasse, atividades sobre violência de gênero que dependerá da “necessidade” da comunidade escolar, o desenvolvimento de tal projeto com abordagem da temática, descrito no documento como:

Desenvolver projetos que envolvam toda a escola com temas como: diversidade, palestras em torno da temática étnico racial, sexualidade, meio ambiente, protagonismo, idoso, Zika, bullying e trabalhar as diferenças e a violência de gênero. Propor projetos para trabalhar as temáticas de acordo as necessidades percebidas pela comunidade escolar. (PPPE)

O que se viu na análise do livro didático é que o mesmo não proporciona um embasamento sobre a temática gênero, somente a situa com o termo de identidade sexual, sendo assim não é possível que o próprio traga mediante sua abordagem, algum tipo de intervenção ou influência comportamental para os estudantes. O que se espera é que os materiais didáticos na área de ciência ou em outras disciplinas do eixo polivalente da educação nas séries iniciais é o trabalho endossado e mais abrangente sobre o assunto, pois se trata de uma temática que

vivenciamos no dia-dia e que carece de ser discutida de forma mais intensa no campo educacional, inclusive em sala de aula e o livro didático é uma das chaves para o intermédio dessas discussões.

Visto que uma abordagem tradicional de temas como este, os livros didáticos expõe conteúdos de maneira metódica originando atividades enraizadas na memorização, proporcionando poucas possibilidades de contextualização e interação do conteúdo com outras experiências formulando exercícios e práticas que não consideram a realidade imediata dos alunos, corroborando para o afastamento dos objetivos dos quais se pretende alcançar com aquele conteúdo formando assim, indivíduos habilitados apenas para a repetição de conceitos, que só armazenam termos, mas não conseguem interligar a outros, nem tampouco leva-los para a sua vivência cotidiana, dessa forma conhecimento não é construído, e os estudantes ocupam uma posição subsidiária no processo de ensino-aprendizagem. (VASCONCELOS & SOUTO, 2003)

Por meio disto averiguamos que os materiais pedagógicos que auxiliam a escola alvo de pesquisa trazem abordagens superficiais quando voltados para a análise do tema em questão, além do fato de serem bastante restringidos, visto que a falta de recursos se apresenta como um dos fatos determinantes para essa restrição, e que por um processo burocrático e mal avaliado e interpretado por quem configura as leis na cidade Recife, reflete na chegada de recursos para as escolas, e pelo posicionamento de tais legisladores, esse processo continuará assim.

Todavia, mesmo com as adversidades reconhecidas por faltas de recursos para um trabalho mais intenso, também há uma necessidade de aprimorar as questões de desenvolver materiais mais embasados teoricamente sobre o assunto, e isto parte da permissa que de documentos norteadores para a escola como o projeto político pedagógico, que apesar de trazer muitas considerações a respeito da cidadania e respeito às diferenças em seus mais diversos domínios, nada se tem de maneira teórica e fundamenta sobre as questões de gênero que é um tema de extrema importância para a promoção de uma cidadania efetiva bastante abordada no documento, e para desencadear os mais diversos trabalhos com o tema na escola.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perante o que foi exposto permitiu-se compreender que a temática gênero e identidade de gênero sendo como uma realidade social, necessita de intervenções e aprimoramentos para ser trabalhada no âmbito escolar, pois verificou-se que a mesma não encontra-se inserida como conteúdo a ser trabalhado com os estudantes no ensino fundamental, e por isto não traz

interferências na identidade nem comportamental dos mesmo como se foi discutido na esfera política.

Neste sentido, se conseguiu entender que além do desenvolvimento do tema em sala aula não propiciar mudanças nas relações sociais dos alunos, existem dificuldades para seu incremento já que de fato não se há políticas educacionais direcionadas para o trabalho com gênero o que ocasiona uma serie de defasagens onde no final o que se consegue obter é uma formação educacional que restringe o conhecimento de conceitos intrínsecos para uma vivência em sociedade. Como exemplo dessas dificuldades, encontramos o material didático que não aborda metodicamente gênero nem identidade de gênero, como também a prática pedagógica por não se ter embasamento a respeito do assunto.

Verificou-se que o desenvolvimento da prática pedagógica em relação à temática identidade de gênero se dá de forma dispersa e pelo senso comum, não se há por parte da equipe pedagógica da escola investigações, estudos, e busca sobre conhecimentos a respeito de atividades e conteúdos para se trabalhar gênero, embora até exista um discurso de promoção do respeito às diferenças no projeto político pedagógico e pela docente em tentar expor o máximo a importância disso para seus alunos, à contextualização e a didática trazida não consegue abranger a explanação do tema que exige uma um estudo inerente, baseado e dedicado para isto.

O material didático, mais especificamente o livro didático, também não se estende em falar sobre a temática, constatamos que por ser um livro que não aprofunda seus conteúdos sobre gênero não pode ser apontado como recurso que venha incitar uma deturpação sobre o que é ser mulher e homem, a modo de influenciar nas identidades de gênero dos estudantes, onde estão as preocupações por parte de alguns políticos. E pelo fato da professora basear-se por este material para desenvolver as aulas as opções de diversificação em sua prática pedagógica são reduzidas e ficam cada vez mais abstrusas para serem perpetuadas de forma coerente.

Mediante isto, se reforça que tais dificuldades encontradas advêm do poder político que ao invés de auxiliar a esfera educacional no sentido de propor projetos e melhorias utilizando-se da educação para promover relações sociais de maneira igualitária visando o respeito das diferenças, discrimina as atividades de temáticas como gênero embasando em valores religiosos coibindo aos discentes o acesso ao conhecimento de tais temas.

Por isso é necessário que se enfatize o realce de políticas públicas voltadas a educação para falar sobre gênero que é uma demanda da realidade social e precisa ser discutida e acolhida, e que os reflexos desses artifícios se voltem para o aprimoramento da prática pedagógica que

esta esteja direcionada e centralizada em levar o conhecimento de maneira legítima e dedicada e embasada focando na promoção de uma educação humanística e para a cidadania.

6. REFERÊNCIAS

AVILA, André Heloy, TONELI, Maria Juracy Filgueiras & ANDALÓ Carmen Silvia de Arruda. **Professores/As Diante Da Sexualidade-Gênero No Cotidiano Escolar**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 16, n. 2, p. 289-298, abr./jun. 2011.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CASSAB, Latif Antonia. Tessitura investigativa: **a pesquisa científica no campo humano-social**. *Rev. katálysis* [online]. 2007, vol.10, n.spe, pp.55-63. ISSN 1982-0259. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/46sqzs>>.

CANDAU, Vera M. **Construir ecossistemas educativos, reinventar a escola**. In: _____ (org.). *Reinventar a escola*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 11-16.

FELIPE, Jane. **Gênero, sexualidade e a produção de pesquisas no campo da educação: possibilidades, limites e a formulação de políticas públicas**. *Pró-posições*, v.18, n.2, maio/ago 2007.

FERNANDES, Cleoni. **À procura da senha da vida – de-senha a aula dialógica?** In: VEIGA, Ilma. (2008). *Aula: gênese, dimensões, princípios e práticas*. Campinas, Papirus.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: Teoria e Prática da Libertação – Uma Introdução ao Pensamento de Paulo Freire**, p. 29. 3ª Ed. São Paulo: Editora Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**, p. 45. 37. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1996.

Florence Livraria, **a diferença entre sexo identidade de gênero e orientação-sexual**. Disponível em: <http://www.livrariaflorence.com.br/blog/a-diferenca-entre-sexo-identidade-de-genero-e-orientacao-sexual/>. Acesso em 10 de maio de 2017.

GIMENO SACRISTÁN, J. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**, p. 176. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, gênero e sexualidade – o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”**. In: LOURO, Guacira Lopes; GOELLNER, Silvana Vilodre.; NECKEL, Jane Felipe (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade. Um debate contemporâneo na Educação**. Petrópolis: Vozes, 2003.

LOURO, G. L. **Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. Formação Docente, janeiro/julho 2011.** Disponível em: <<http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br>>.

LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista.** Petrópolis: Vozes, 2004.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

OLIVEIRA, Polyanna Claudia. **A importância do ensino sobre questões de gênero na Educação.** In: SEMINÁRIO DE ESTÁGIO EM LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 2., 2011, Londrina, PR, p. 02-15.

PERNAMBUCO. Projeto de lei n. 709, de 08 de março de 2016. Dispõe sobre a proibição de lecionamento de qualquer temática relacionada a ideologia de gênero no âmbito educacional do Estado de Pernambuco e traz outras considerações. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco: Poder Legislativo, Pernambuco, v. 93, n. 43, 08 março 2016.** Disponível em: <<http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=20160308&pasta=Mar%C3%A7o\Dia%2008>>. Acesso em: 24 mai. 2017.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **Política de Ensino da Rede Municipal do Recife; Ensino Fundamental do 1o ao 9o ano.** Recife, 2015.

STTOLER, Robert. **Recherches sur l'Identité Sexuelle.** Paris: Gallimard, 1978 in: GROSSI, M. P. **Identidade de Gênero e Sexualidade.** Antropologia em Primeira Mão, Florianópolis, p. 1-18, n. 1998.

TOZETTO, Susana Soares, GOMES, Thais S. . **A Prática Pedagógica na Formação Docente.** Reflexão e Ação (Online), v. v17, p. 181/2-196, n. 2009.

VASCONCELOS, Simão Dias & SOUTO, Emmanuel. **O Livro Didático De Ciências No Ensino Fundamental – Proposta De Critérios Para Análise Do Conteúdo Zoológico.** Universidade Federal de Pernambuco, Ciência & Educação, v. 9, n. 1, p. 93-104, 2003.

VIANA, C. P.; UMBEHAUM, S. **O Gênero Nas Políticas Públicas De Educação No Brasil: 1988-2002.** In: Cadernos de Pesquisa. [S.l.: s.n.], 2004. p. 77 – 104.